

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: O QUE OS PROFESSORES E OS ALUNOS APRENDERAM NA ESCOLA PÚBLICA?

Marcos Francisco Martins¹

UNISAL - Programa de Mestrado em Educação

marcosfranciscomartins@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa feita com 38 professores e 205 alunos de 44 escolas públicas estaduais da região de Campinas-SP, que reúne 162 instituições de ensino em sua rede. O objetivo da pesquisa foi o de identificar o que eles aprenderam sobre a história e a cultura afro-brasileira. Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado no segundo semestre de 2007, quando o Programa de Mestrado em Educação do Unisal e a Apeoesp – Sindicato dos Professores da Rede de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Sub-sede de Campinas) - realizaram um curso de extensão de 30h com vistas a capacitar os docentes da rede pública de ensino paulista a implementar o que exige a Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade de incluir na rede de ensino a temática “história e cultura afro-brasileira”.

Palavras-chave: educação étnico-racial, ensino de história e cultura afro-brasileira, Lei 10.639/03.

HISTORY AND CULTURE AFRO-BRAZILIAN: WHAT THE TEACHERS AND STUDENTS LEARNED AT THE PUBLIC SCHOOL?

ABSTRACT:

this article presents the results of a survey with 38 teachers and 205 students from 44 elementary public schools in the region of Campinas-SP, which brings together 162 institutions of learning in your network. The objective of this research was to identify what they learned about the history and culture african-Brazilian. Data were collected through a questionnaire applied in the second half of 2007, when the program of Master in Education of Unisal and Apeoesp - Union of Teachers Network Education Bureau of the State of São Paulo (Sub-office of Campinas) - done a course of extension of 30h in order to train teachers in Sao Paulo public school system to implement what the law requires 10639/03, which established the requirement to include in the system of teaching the subject "history and culture african-Brazilian."

Key-Words: education ethnic-racial, educations of history and culture afro-Brazilian, Law 10.639/03.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa feita entre alunos e professores de escolas públicas de Campinas-SP no primeiro semestre do ano de 2007.

Naquela oportunidade foi oferecido um curso de extensão aos professores da rede estadual de ensino pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado em Educação - do Unisal em parceria com a Apeoesp - Sub-sede de Campinas. Os matriculados no curso

foram convidados a responder um questionário e aplicá-lo a seus colegas de trabalho e alunos na tentativa de conhecer o que docentes e discentes da rede pública estadual – região de Campinas - sabiam sobre a história e a cultura afro-brasileira.

Na verdade, a promoção do curso de extensão denominado *O ensino da história e a da cultura afro-brasileira: interface entre a comunidade e a escola* surgiu de uma demanda da Apeoesp, qual seja o cumprimento da Lei Federal 10.639/03², conhecida como “lei 10000”. De fato essa legislação constitui-se como uma importante conquista política fruto da luta do movimento social organizado, com repercussões pedagógicas e sócio-culturais significativas, inclusive na formação de professores.

A “Lei 10000” estabeleceu, entre outras medidas, a inclusão obrigatória de conteúdos programáticos relacionados à história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, bem como a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas de valorização da diversidade étnico-cultural pelas escolas do Brasil. Por se tratar de uma temática interdisciplinar e não de uma disciplina específica, a referida Lei determina que os conteúdos sejam trabalhados no contexto de todo o currículo escolar.

No entanto, depois de quatro anos da sanção da referida Lei e mesmo com a publicação em 2004 das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* percebeu-se que os alunos, os professores e a escola ainda não estavam devidamente preparados para colocá-las em prática. Muitos alunos, inclusive de origem afro-brasileira, sequer sabiam da existência “lei 10.000”. Por sua vez, os professores enfrentavam dificuldades em apresentar adequadamente essa temática em suas aulas porque não tiveram - e ainda não têm em muitos casos³ - em seus cursos de formação docente acesso aos conteúdos relativos à história e à cultura afro-brasileira, e nem mesmo contam com material didático apropriado. As escolas, de outro lado, fecham o círculo vicioso, porque não tinham como cobrar dos professores a aplicação da exigência legal por falta de condições objetivas para tanto. Nas palavras de Pereira, temos que

Quatro anos após a sanção da lei 10.639/03 e quase três da aprovação e ampla divulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial, ainda está desequilibrada, nos sistemas educacionais, a balança entre as medidas de implementação e o “corpo mole”, ou indiferença, menosprezo, ou ainda simples ignorância mesmo, que a empurram para o rol das “leis que não pegaram!” (PEREIRA, 2007, p. 1)

Dessa maneira, alguns professores, sobretudo aqueles mais sensibilizados com a desafiadora situação dos negros no Brasil, procuraram a Apeoesp e o Unisal em busca de alguma solução. Em parceria, o Sindicato dos Professores da Rede Estadual e o Programa de Mestrado em Educação do Unisal articularam um projeto piloto de curso, cujo processo de elaboração e implantação contou com a participação dos movimentos sociais da região ligados à luta contra o racismo e os preconceitos de toda ordem.

Formulado a várias mãos e orientado pelo conceito de raça como uma construção social⁴, o curso assumiu o compromisso de perseguir a consecução dos seguintes objetivos:

- proporcionar um novo enfoque da temática do negro dentro das escolas de Campinas e região;
- ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade racial, cultural, social e econômica brasileira;
- colaborar na construção de uma educação multicultural;
- produzir e disponibilizar materiais didático-pedagógicos alternativos aos professores da Rede Pública de Ensino Oficial;

e) aproximar os saberes da comunidade e dos movimentos sociais e os saberes acadêmicos de forma a solidariamente buscar caminhos de superação para os problemas étnico-raciais, sociais e culturais vividos pela comunidade negra brasileira.

Planejado para ser oferecido em módulos com 4 horas de duração, o curso *O ensino da história e a da cultura afro-brasileira: interface entre a comunidade e a escola* discutiu os seguintes conteúdos:

- * Módulo I: “O currículo escolar e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”
 - 1ª aula: “Currículo como representação e *locus* de relações de poder”;
 - 2ª aula: “História da África: para que e por quê?”

- * Módulo II: “Material didático e pedagógico”
 - 1ª aula: “Imagens e representações dos negros nos livros didáticos e na literatura infantil”;
 - 2ª aula: “Literatura infantil e filmes com a temática negra”;
 - 3ª aula: “Alguns valores civilizatórios negros na construção de uma identidade étnica”;

- * Módulo III: “História, memória e identidade”
 - 1ª aula: “Os significados sócio-políticos dos esquecimentos e dos silêncios nas memórias sociais”;
 - 2ª aula: “Patrimônio histórico e os lugares da memória e da cultura afro-brasileira”;
 - 3ª aula: “Personagens (sujeitos históricos) africanos e afro-descendentes na história do Brasil e na da região de Campinas”.

A simples circulação da informação de que um curso sobre a história e a cultura negra seria realizado motivou vários docentes a procurarem a Apeoesp para manifestar interesse de matrícula, o que levou os articuladores dessa iniciativa a suporem uma alta demanda. Aberto o processo de cadastramento de interessados, chegou-se a ter um número bastante razoável de professores e professoras matriculados: 50, mas os que chegaram ao final do curso foram apenas 24.

Foram exatamente esses professores e professoras que foram convidados a responder e a aplicar a seus colegas de trabalho e alunos um questionário com o intuito de conhecer o que sabem os alunos e professores da escola pública sobre a história e a cultura afro-brasileira, cujos resultados passaremos a apresentar.

SOBRE O INSTRUMENTO E O PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Com o intuito de produzir dados mais precisos em relação ao que sabem os professores e alunos das escolas estaduais de Campinas-SP sobre a história e a cultura afro-brasileira, a representante da Apeoesp – professora Silvia Helena Rodrigues dos Santos – resolveu formular e disponibilizar um amplo questionário sobre esse tema. Ele foi respondido pelos professores que estavam fazendo o curso, puderam aplicá-lo a seus colegas de trabalho e alunos.

O questionário compunha-se de 21 questões fechadas, cujas alternativas foram escolhidas pela representante da Apeoesp. Contudo, quando ela o apresentou aos

professores, acharam por bem abri-las um pouco mais por meio do acréscimo de uma última alternativa: “() outra Qual?_____”.

As perguntas abordavam variados assuntos relacionados à história e à cultura afro-brasileira: dispositivos legais relacionados ao fim da escravidão no Brasil, religiões de matriz africana, cultura alimentar, heróis negros, movimentos sociais negros, políticos negros, músicas e danças negras. Mas havia até pergunta sem relação direta com a questão em tela (por exemplo: “Qual a matéria que você mais gosta na escola?”).

O questionário foi aplicado a 38 professores das mais diversas disciplinas da matriz curricular e a 205 alunos da 5ª série do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio de 44 escolas públicas estaduais de Campinas-SP, que reúne 162 instituições de ensino em sua rede (dos de 31 de julho de 2008 disponibilizados no arquivo de escolas estaduais da SEESP – Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – e da SD – Secretaria de Desenvolvimento; cf.: <http://escola.edunet.sp.gov.br/Download/downloads.htm>). E eles puderam assinalar mais de uma alternativa como resposta.

Dada a quantidade e o formato das questões apresentadas, resolvemos aqui tabular e analisar apenas 7 delas. E o critério utilizado para a seleção foi de se trabalhar apenas com as questões mais diretamente relacionadas ao conhecimento da história e da cultura afro-brasileira. As perguntas selecionadas versavam sobre os seguintes temas, seguidos das opções de escolha apresentadas:

- leis relacionadas ao fim da escravidão negra no Brasil (opções: Lei do Ventre Livre; Lei Áurea; Lei do Sexagenário; nenhuma; outra - qual);
- religiões de matriz africana (opções: Candomblé; Umbanda; Espiritismo; nenhuma; outra - qual);
- cultura alimentar (opções: acarajé; vatapá; feijoada; caruru; nenhuma; outra - qual);
- heróis negros (opções: Zumbi; Castro Alves; José do Patrocínio; João Cândido; Anastácia; Dandara; nenhum; outra - qual);
- movimentos negros da atualidade (opções: MNU – Movimento Negro Unificado; Pastoral Negra; nenhum; outra - qual);
- músicas (opções: samba; axé music; pagode; Rap; nenhum; outra - qual);
- danças (opções: jongo; maculelê; moçambique; capoeira; nenhum; outra - qual)

Destaque-se que sobre um mesmo tema havia mais de uma questão no questionário. Esse é o caso da cultura alimentar (questões 5 e 6) e dos heróis negros (questões 7 e 8), que foram fundidos na tabulação que passaremos a apresentar, já que não havia restrição em se assinalar mais de uma das opções apresentadas.

OS RESULTADOS APURADOS

Optou-se aqui por apresentar num mesmo quadro os resultados obtidos juntos aos professores e alunos. E isso por dois motivos: primeiro pelo fato de que o questionário foi o mesmo e, segundo, porque se acredita que essa forma de apresentação facilita a interpretação do leitor e lhe possibilita fazer outras inferências para além das que se seguem.

Tabela 1 – “O que você aprendeu na escola sobre a escravidão no Brasil?”

Respostas	Alunos (total: 205)		Professores (total: 38)	
	nº	%	nº	%
Lei do Ventre Livre	54	26,34%	30	78,94%
Lei do Sexagenário	43	20,97%	22	57,89%
Lei Áurea	133	64,87%	36	94,73%
Nenhuma	38	18,53%	-	-
Outra. Qual?	-	-	-	-

OBS: 3 alunos deixaram essa questão sem resposta.

Pelo que se observa do resultado apurado, a Lei Áurea é realmente o dispositivo legal mais presente na memória dos alunos e professores quando se trata de lembrar das normas legais relacionadas ao fim da escravidão negra no Brasil. Se, por um lado, essa situação é profundamente problemática, pois que à referida Lei cabe uma série de críticas - sobretudo aquelas que procuram identificá-la como uma necessidade econômica e social do Brasil da época e como produto das lutas dos movimentos abolicionistas, e não como livre e benemérita concessão do Império⁵ -, por outro é preciso bem entendê-la para que se possa, principalmente em sala de aula, reportar-se a esse instrumento legal com vistas a desmistificá-lo.

Não se pode deixar de considerar também a importância do desconhecimento de cerca de 20% dos alunos (computados os 18,53% que disseram “nenhuma” e mais os 3 alunos que deixaram a pergunta sem resposta) das leis relativas à história dos negros no Brasil. Quiçá essa seja uma oportunidade para os professores lhes apresentar uma versão mais realista sob o ponto de vista histórico dos dispositivos legais que normatizaram o processo de escravidão, o contexto de seu surgimento e seus desdobramentos.

Tabela 2 - “Na escola alguém já falou para você sobre as Religiões Africanas? Quais?”

Respostas	Alunos (total: 205)		Professores (total: 38)	
	nº	%	nº	%
Candomblé	65	31,70%	15	39,47%
Umbanda	38	18,53%	14	36,84%
Espiritismo	67	32,68%	6	15,78%
Nenhuma	84	40,97%	24	63,15%
Outra. Qual?	-	-	-	-

Obs: 5 alunos não responderam a essa questão.

Como se pode observar, tanto entre os alunos como entre os professores o Candomblé é a “religião africana” mais citada. A média de respostas obtidas entre os alunos e os professores é a mais alta entre as alternativas apresentadas: 35,58%.

Contudo, o maior destaque a se fazer a esse quadro de respostas é sobre a alternativa “nenhuma”, cuja média entre professores e alunos alcançou 52,06%. Ou seja, a maioria dos alunos e dos professores não ouviu falar em “religiões africanas” na escola. É óbvio que não se pode estranhar esse tipo de resposta em um país cuja população é majoritariamente cristã⁶ - embora o cristianismo aqui tenha a sua história marcada pelo

sincretismo religioso -, mas é profundamente preocupante o desconhecimento observado, pois indica que esse aspecto importante da cultura afro-brasileira - a religião - não é discutido nas escolas. Se fosse, muito provavelmente as religiões de matriz africana não sofreriam tanto com o preconceito que recai sobre elas⁷, pois teriam espaço para racionalmente expor seus ritos, mitos e crenças, inclusive comparando-os com os dos cristãos e os das demais religiões.

Essa mesma resposta (“nenhuma”) possibilita outra reflexão, um pouco mais otimista, qual seja: se o índice entre os professores chega a mais de sessenta por cento, enquanto que as respostas obtidas entre os alunos não passam dos quarenta por cento, há que se considerar a possibilidade de que no passado recente menos se falava na escola sobre as “religiões africanas” em comparação com o presente.

Tabela 3 – “Das comidas originadas na África, quais você aprendeu na escola?”

Respostas	Alunos (total: 205)		Professores (total: 38)	
	nº	%	nº	%
Acarajé	50	24,39%	15	39,47%
Vatapá	30	14,63%	13	34,21%
Feijoada	137	66,82%	25	65,78%
Caruru	2	0,97%	2	5,26%
Nenhuma	42	20,48%	10	26,31%
Outra. Qual?	-	-	-	-

O alto índice de identificação por parte dos professores e dos alunos da feijoada como uma comida típica da África pode ser resultante do senso comum reinante nos discursos de professores e nos materiais didáticos utilizados, que recorrentemente identificam-na com exemplo da influência da cultura africana na realidade brasileira.

Apresentada em suas mais diferentes versões, a mais difundida história sobre a origem da feijoada é a que afirma que os senhores davam a seus escravos os restos dos porcos, e estes os cozinhavam misturados ao feijão no interior das senzalas. Contudo, essa versão não se sustenta historicamente, pois que há dados disponíveis informando que a origem desse prato típico nacional é européia e não africana. Carneiro, por exemplo, diz que

A feijoada é o prato nacional por excelência. Suas origens prestam-se às mais especulativas interpretações e costuma-se apresentá-la como a expressão da fusão racial brasileira, um prato feito pelos negros com as partes menos nobres do porco e com o feijão, de origem americana, num cozido de técnica européia. [...] Na verdade, tanto os produtos (porco, leguminosas, alho e cebola) como a técnica são de origem européia, mais especificamente ibérica e, se quisermos buscar uma origem mais longínqua, judia sefardita. Pasmem! A feijoada tem origem judaica... Mas e o porco? É claro que o porco vem depois. (CARNEIRO, 2005, p. 76)

Dessa forma, a informação manifesta nas respostas acaba por se constituir como um obstáculo ao verdadeiro conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, pois o que se sabe sobre a feijoada é algo que não corresponde com a realidade histórica.

Tabela 4 – “O que a escola ensinou para você sobre os heróis negros?”

Respostas	Alunos (total: 205)		Professores (total: 38)	
	nº	%	nº	%
Zumbi dos Palmares	108	52,68%	24	63,15%
Castro Alves	22	10,73%	20	52,63%
José do Patrocínio	9	4,39%	14	36,84%
João Cândido	20	9,75%	8	21,05%
Anastácia	30	14,63%	9	23,68%
Dandara	2	0,97%	-	-
Nenhuma	53	25,85%	8	21,05%
Outra. Qual? Mandela	1	0,48%	-	-

Obs: 2 alunos não responderam a essa questão.

O resultado da tabulação dessas respostas mostra com clareza que Zumbi é hoje visto como o principal herói negro na mentalidade de professores e estudantes de escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio da região de Campinas. Isso se torna interessante sob dois aspectos: primeiro porque Zumbi não é um herói qualquer, mas símbolo da resistência negra à escravidão, tão dissimulada pela história oficial; e segundo porque indica o quanto foi acertada a decisão de colocar no calendário oficial o 20 de novembro – dia em que se relembra a morte de Zumbi, ocorrida em 1695 - como Dia da Consciência Negra⁸, em oposição ao 13 de maio, incutido na memória nacional como o dia em que se deve celebrar a libertação dos escravos pela benemérita atitude de uma princesa branca.

O fato de cerca de 20% de alunos e professores não terem citado nenhum herói negro também deve ser sopesado. É significativo esse desconhecimento, sobretudo porque a resposta foi estimulada, já que o questionário apresentou possíveis alternativas de heróis negros. E mesmo assim cerca de 20% dos alunos e dos professores resolveram assinalar que a escola não os ensinou nada sobre os heróis negros.

Além disso, o fato de um aluno espontaneamente citar Nelson Mandela é significado, pois nos indica a forte presença na mentalidade juvenil desse personagem importante na derrocada do *apartheid* na África do Sul, com grande peso simbólico na luta mundial pelo fim do preconceito racial contra os negros e afrodescendentes.

Tabela 5 – “O que você aprendeu na escola sobre os movimentos negros?”

Respostas	Alunos (total: 205)		Professores (total: 38)	
	nº	%	nº	%
MNU – Movimento Negro Unificado	17	8,29%	3	7,89%
Agentes da Pastoral Negra	27	13,17%	3	7,89%
Nenhuma	156	76,09%	34	89,47%
Outra. Qual? ⁹	1	0,48%	-	-

Duas coisas saltam à vista nas respostas obtidas a essa questão: primeiro a pouca difusão entre professores e alunos da rede estadual de ensino de Campinas do

conhecimento sobre o MNU e, segundo, o desconhecimento sobre qualquer movimento social que lute em favor da causa dos negros no Brasil.

Mesmo considerando que a maioria das escolas investigadas localizam-se nas áreas periféricas, pobres e com grande presença negra, o desconhecimento do MNU é realmente desafiador. E mais desafiador ainda é fazer com que a comunidade escolar conheça os diferentes movimentos sociais que lutam em favor da igualdade racial¹⁰, pois que somente assim poderão se engajar nesses movimentos para, além de outros desafios, enfrentar o de

[...] desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com os prejuízos para os negros. (BRASIL, 2004, p. 12)

Tabela 6 – “Que tipo de música a escola ensinou você a valorizar?”

Respostas	Alunos (total: 205)		Professores (total: 38)	
	nº	%	nº	%
Samba	43	20,97%	11	28,94%
Axé Music	42	20,48%	5	13,15%
Pagode	44	21,46%	7	18,42%
Rap	44	21,46%	6	15,78%
Nenhuma	92	44,87%	25	65,78%
Outra. Qual? Funk	1	0,48%	-	-
Outra. Qual? Reggae	1	0,48%	-	-
Outra. Qual? MPB	1	0,48%	-	-

Obs: apenas um aluno não respondeu a essa questão.

As diferentes músicas tidas como de origem afro-brasileira se igualam em relação à sua presença nas escolas, uma vez que cada qual foi assinalada por aproximadamente 20% dos entrevistados. Exceção deve ser feita ao samba, pois que ele destoa entre os professores; para 28,94% deles o samba é um estilo musical que a “escola ensinou a valorizar”.

E mais uma vez há que se destacar as opções pela alternativa “nenhuma”, que respectivamente são 44,87% para os alunos e 65,78% para os professores, perfazendo uma média de 55,32%. Um índice altíssimo, sobretudo se considerar a musicalidade característica do *ethos* brasileiro, que deveria reverberar na prática educativa.

Tabela 7 – “O que você aprendeu na escola sobre danças da cultura negra?”

Respostas	Alunos (total: 205)		Professores (total: 38)	
	nº	%	nº	%
Jongo	3	1,46%	3	7,89%
Maculelê	13	6,34%	6	15,78%
Moçambique	15	7,31%	1	2,63%
Capoeira	127	61,95%	20	9,75%
Nenhuma	59	28,78%	12	31,57%
Outra. Qual?	-	-	-	-

Obs: 5 pessoas não responderam

Novamente a ausência do ensino voltado para a tradição afro-brasileira surpreende pelos altos índices alcançados. Aproximadamente um terço dos alunos e professores disseram que não apreenderam nada na escola sobre as danças de origem afro-brasileira. Entretanto, deve ser ponderada aqui a ausência da dança em geral - não apenas as da “cultura negra” – no ensino ministrado nas escolas públicas, que sofre com o rebaixamento da Educação Física e da Educação Artística a um *status* menor entre as disciplinas do currículo escolar.

Todavia, o mais interessante a ser observado é o alto índice alcançado pela capoeira entre os alunos: 61,95%. Esse índice motiva uma plêiade enorme de possíveis interpretações e considerações sobre esse fato. Entre elas, temos sobretudo duas: primeiro que a capoeira está realmente presente no ambiente escolar, seja como dança, seja como atividade físico-corporal, de autodefesa e até mesmo como diversão; segundo que tal presença merece ser utilizada de forma mais orgânica, articulada com a dinâmica do ensino, e não apenas apresentando-se como seu simples complemento.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Do que foi apresentado, temos que os resultados colhidos são mais importantes do que as brevíssimas e muitas vezes até previsíveis interpretações feitas a partir deles. De modo que cabe ao leitor, sobretudo aos militantes em favor da causa afro-brasileira, dupla tarefa: de um lado, aprofundar suas análises e reflexões sobre os “números” colhidos pela pesquisa para tirar dela outras conclusões e, de outro, dispor-se a produzir novas iniciativas de coleta de dados acerca do que sabem os professores e os alunos sobre a história e a cultura afro-brasileira, pois que apenas assim se terá melhores condições de propor e implantar ações para cobrir essa lacuna do ensino nacional, vista também com uma parte importante da histórica dívida social do Brasil com seus afro-descendentes.

As inconsistências localizadas no instrumento de coleta de dados (questionário) apontadas anteriormente não são suficientes impedir de ver nele algumas virtudes que possibilitam conhecer em parte a realidade do ensino da história e da cultura Afro-brasileira. Reitere-se, por exemplo, que as perguntas selecionadas e cujas respostas foram aqui expostas expressam o que ocorre no processo de ensino-aprendizagem da história e da cultura afro-brasileira nas escolas estaduais de São Paulo, pois que a amostra investigada foi bastante ampla: 44 escolas pesquisadas em um universo de 162, isto é, 27% do total de instituições de ensino da rede estadual paulista localizadas em Campinas.

Com o devido sopesar, os dados colhidos nos possibilitam inferir muitas conclusões, mas principalmente três. A primeira diz respeito à necessidade de desmistificar a cultura africana e seus produtos e processos, que influenciaram e influenciam a dinâmica da vida nacional. Isso porque o fato de se atribuir a determinados produtos culturais, como é o caso da feijoada, por exemplo, uma origem que não é dela própria, reforça-se o desconhecimento que se tem da história e da cultura afro-brasileira, que já é enorme. E isso sem contar o “pré-conceito” decorrente do desconhecimento, que pesadamente recai sobre os ritos, os mitos e as crenças das religiões de matriz africana.

A segunda conclusão a ser destacada diz respeito à capoeira e à figura de Zumbi de Palmares. O grande interesse que os alunos nutrem por eles, os tornam fortes candidatos a se apresentarem como articuladores de ações dentro da escola que possam ter como objetivo o combate ao preconceito racial.

Por fim, a terceira conclusão refere-se ao grande desafio que têm os movimentos sociais que se articulam em torno da luta pelo fim do preconceito racial. Pelos dados

coletados, tais movimentos deverão ainda envidar esforços para serem conhecidos - e a escola é um mecanismo que com potencial para ajudá-los nessa tarefa de difusão de seus ideais -, de forma a que possam ganhar novos militantes para cerrarem fileiras contra o preconceito racial, pelo reconhecimento da histórica dívida social do Brasil com os negros e afrodescendentes e pela conquista de condições de vida digna a toda essa significativa, porém injustiçada parcela da população nacional.

Os desafios estão colocados, mas ainda é preciso fazer muito para que de fato se tenha condição de realmente reverter a historicamente injusta situação étnico-racial-social brasileira, pois que ela é resultante de inúmeras determinações, principalmente a do modelo de desenvolvimento econômico capitalista que, assentado na lógica da exploração e da alienação, produz uma estrutura social que gera exclusões de muitas espécies, inclusive as étnico-raciais.

Como bem está expresso nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*,

Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objeto utilitário ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cindo séculos, têm sido desprezados e massacrados. Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e os medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade imposta a outros. E então decidir que sociedade queremos daqui para frente. (BRASIL, 2004, p. 14)

Obviamente, a educação não é suficiente sozinha para dar conta de tamanha tarefa, mas é necessária, sobretudo se ajudar a consolidar a luta contra o preconceito étnico-racial como uma força social capaz de desmistificar as relações sociais e, ao mesmo tempo, mobilizar amplas camadas da sociedade em seu favor. Mais especificamente no ambiente escolar,

[...] a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminatória secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isso não pode ficar reduzido a palavras e raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (idem, p. 15)

Mas, para que se consiga fazer dessas considerações uma efetiva práxis escolar, ainda está por ser superado o problema da

revisão dos currículos e materiais pedagógicos em todos os níveis de ensino, especificamente dos livros didáticos no que tange a constituição social, demográfica, cultural e política do povo negro, incluindo nas discussões toda comunidade escolar. Salientando nesse processo a necessidade emergente e urgente de diretrizes para uma sólida formação do profissional da educação tendo como enfoque, dentre outras questões, as abordagens referentes à Educação das Relações étnico-raciais... (GONÇALVES e SOLIGO, 2006, p. 5)

A Lei 10.639/03, ratificada pela Lei 11.645/08, bem como a criação da SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – inegavelmente podem colaborar para que tais tarefas sócio-políticas e educativas sejam cumpridas a contento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO DE ESCOLAS ESTADUAIS DA SEESP (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO) E DA SD (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO). Disponível em: <<http://escola.edunet.sp.gov.br/Download/downloads.htm>>. Acessado em: 05 de janeiro de 2007.

AGOSTINHO, Cristina, CARVALHO, Rosa Margarida de. *Alfabeto Negro: a valorização do povo negro no cotidiano da vida escolar*. Belo Horizonte: Maza, 2001.

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR - <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/4640/3800> - acessado em 10 de julho de 2008

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias e SOLIGO, Ângela Fátima. *Educação das relações étnico-raciais: o desafio da formação docente*. 29ª Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação -, Grupo de Trabalho 21 - Afro-brasileiros e educação, Caxambu-MG, 2006 – em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT21-2372--Int.pdf> - acessado em 15 de julho de 2008.

LEI 10.639, de 9 de janeiro de 2003, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm – acessado em 15 de julho de 2008.

LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm - acessado em 15 de julho de 2008.

MALACHIAS, Rosângela. Mídia, educação e movimentos negros. In: *Revista Mídia e Etnia*, ano 1, nº 1, CONE – Coordenadoria dos Assuntos da População Negra da Prefeitura de São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial, s/d.

MARTINS, Marcos Francisco. Lugar de negro é na escola! *Jornal Correio Popular*, caderno Opinião – p. A3, 21 de novembro de 2007.

MONTEIRO, Noedi. Por que Zumbi e não Isabel? *Jornal de Piracicaba*, Caderno Opinião - p. A-3, 12 de maio de 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Zumbi de Palmares na Escola*: mais do que avanço da luta contra o racismo. 28ª Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação -, Grupo de Trabalho 21 – Afro-brasileiros e educação, Caxambu-MG, 2005 – em <http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm> - acessado em 15 de julho de 2008.

_____. “*Quem não pode atraparhar, arroteia!*”: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da Lei 10.639/03. 30ª Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação -, Grupo de Trabalho 21 – Afro-brasileiros e educação, Caxambu-MG, 2007 – em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT21-3775--Int.pdf> - acessado em 15 de julho de 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Gosto de África* – Histórias de lá e daqui. São Paulo: Global. 2002.

SANTOS, Erisvaldo P. dos. *A educação e as religiões de matriz africana*: motivos da intolerância. 28ª Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação -, Grupo de Trabalho 21 – Afro-brasileiros e educação, Caxambu-MG, 2005 – em <http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm> - acessado em 15 de julho de 2008.

NOTAS

1 – Docente permanente do Programa de Mestrado em Educação do Unisal – Centro Universitário Salesiano de São Paulo -, é graduado em Filosofia, mestre e doutor em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp.

2 - O que estabelecia a Lei 10.639 foi reafirmado pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, pois que esta firmou o seguinte: “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’” (conferir *caput*). Se na “Lei 10000” o que se visou foi apenas estabelecer a obrigatoriedade do ensino sobre “História e Cultura Afro-brasileira”, a Lei 11.645 acrescentou-lhe aspectos relativos à “História e Cultura Indígena”.

3 - O curso de Pedagogia do Unisal de Americana passou a oferecer em sua matriz curricular uma disciplina especialmente destinada a isso. Ministrada pela primeira vez no segundo semestre de 2008, com carga horária de 2 horas/aulas semanais, a referida disciplina chama-se História Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-raciais.

4 - As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* “[...] entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre negros e brancos, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática.” (BRASIL, 2004, p. 13)

5 - Como disse uma militante do movimento negro em artigo intitulado *Por que Zumbi e não Isabel?*, publicado em 13 de maio de 2007: “[...] não trocamos o Império de Isabel, com toda a sua nobreza, riqueza e pompa, pelo humilde Palmares; a pena de ouro com que foi escrita a Lei Áurea pela pena de sangue e martírio da vida de Zumbi. Isabel deixou feridas, seqüelas e marcas; Zumbi nos aliviou [...] Isabel deixou incertezas; Zumbi, o rumo certo que tomamos. Isabel nos traz memórias que gostaríamos de esquecer; Zumbi nos faz sonhar que somos livres. Com Isabel não tivemos escolha; com Zumbi temos uma chance. Isabel nos deixou, cada um por sua própria conta e risco; Zumbi assumiu o ônus de nos congregar. Isabel nos deixou um passado; Zumbi nos dá o presente. Isabel nos lembra o cativo; Zumbi nos lembra Palmares [...] Com o ato de Isabel, imaginou-se que tudo estaria encerrado; com o de Zumbi, que tudo estaria apenas começando.” (MONTEIRO, 2007, p. A-3).

6 - No dia 2 de outubro de 2007, Marcílio Ferreira da Silva, integrante do Movimento Negro Unificado – MNU - e do Museu do Negro de Campinas, em palestra aos professores que estavam fazendo o curso *O ensino da história e a da cultura afro-brasileira: interface entre a comunidade e a escola* fez intrigante pergunta aos presentes, na tentativa de questionar a pretensa laicidade da escola pública; disse ele: “Por que se nega a presença da religião dos Orixás nas escolas enquanto se admite, se aceita e se cultua na prática escolar os ritos cristãos e brancos?” Mais do que isso, de fato os “alunos/as pertencentes às religiões de matriz africana continuam sendo vítimas de preconceito racial e religioso, sem que nenhuma atitude pedagógica seja tomada para impedir tal excrecência. O preconceito, a discriminação e a intolerância são tratados como se não fossem problemas éticos a serem enfrentados pelos rituais pedagógicos da escola. Eles são considerados como “brincadeiras de crianças”, “algo normal”. Esse tipo de caso corrobora [...] a reprodução de preconceitos e de formas correlatas de intolerância por parte da escola [...]. O preconceito pode ser deduzido das informações que as pessoas guardam sobre a horrorização do candomblé e dos centros de Umbanda, como experiências religiosas do mal” (SANTOS, 2006, p. 4)

7 - O mesmo representante do MNU citado na nota anterior contou outro inusitado caso: um dia, em uma escola pública da periferia da cidade, a professora chamou a atenção de duas alunas que estavam conversando durante a aula, e uma delas respondeu: “Professora, ela é macumbeira!”, ao que a professora surpreendentemente replicou: “E eu também!” Segundo Marcílio Ferreira da Silva, essa corajosa postura da professora abriu a possibilidade para que a sala de aula pudesse discutir a questão das religiões de matriz africana.

8 - Para refletir sobre essa questão da presença de Zumbi nas escolas, cf. o artigo de Pereira, pois que traça uma perspectiva ao mesmo tempo otimista e realista. Otimista porque efetivamente ele constata que o “[...] 20 de novembro [...] [tornou-se] um exemplo inquestionável de reviravolta contra-hegemônica produzida a partir da emergência/insurgência de um Movimento Social, que pressiona a sociedade com resignificações culturais e ideológicas. Essa contra-ideologia postula a necessidade de superação dos prejuízos materiais e simbólicos que continuariam, nos dias atuais, a determinar as desigualdades raciais” (PEREIRA, 2005, p. 2). E realista porque esse avanço verificado até mesmo nos abertos pela mídia pode resultar na “[...] naturalização de ‘Zumbi na escola’, [...] servi[ndo] à [uma] *catarsis* [...] contanto que, no cotidiano tudo permaneça ‘normal’” (idem, p. 11)

9 - Não disse o nome.

10 - Um interessante relato sobre a história do movimento negro a repercussão de sua luta pode ser encontrado no artigo *Mídia, Educação e Movimentos Negros*, de Rosângela Malachias, publicado na Revista *Mídia e Etnia da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – Prefeitura de São Paulo*.

Artigo recebido em: 24/07/2008

Aprovado para publicação em: 30/03/2009